



Carvalho suspeita que CEF quer proteger envolvidos na transação

Deputado acusa CEF de ocultar venda de bilhete

BRASÍLIA — O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) quer impugnar o relatório feito pela Caixa Econômica Federal (CEF) sobre a suposta venda de um bilhete premiado da Sena, em janeiro deste ano. Ele disse que o relatório, cujas conclusões preliminares foram apresentadas ontem à CPI do Orçamento, é insatisfatório e protege funcionários da CEF suspeitos de terem passado informações sobre o dono do bilhete premiado. Para o deputado, o documento ainda contradiz a versão do mecânico João Bosco Rego Pamplona, que teria vendido o bilhete, com o qual ganharia prêmio de US\$ 820 mil, a um empresário. O mecânico está desaparecido.

Carvalho acredita que a versão de Pamplona “é o único caso concreto da lavagem de dinheiro através de loterias”. Segundo o parlamentar, entre as provas de que teria ocorrido irregularidades no pagamento do prêmio está o período de dez dias decorridos entre o sorteio e o saque do dinheiro. Carvalho relatou que o sorteio

ocorreu no dia 11 de janeiro, mas os US\$ 820 mil somente foram retirados da CEF nove dias depois por Clécio Marques de Siqueira, que apresentou o bilhete na agência de Anápolis (GO).

Para Carvalho, a maior prova de que o real ganhador do prêmio foi Pamplona é que os jornais de Brasília publicaram, em 12 de janeiro, matérias sobre a festa feita pelo mecânico quando soube que havia acertado a Sena. Já o relatório da CEF, ressaltou o deputado, apresenta o empresário goiano como ganhador e considera a versão do mecânico como “aparentemente falsa”.

“O relatório da Caixa diz que ele (Clécio) era um apostador contumaz, mas se fosse assim teria retirado o dinheiro em seguida”, presumiu Carvalho. O deputado contou também que, conforme o relatório da CEF, Clécio não acompanhou o sorteio e estava no litoral da Bahia quando soube do prêmio, o que desmentiria a informação de que era um apostador compulsivo.